

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a formação dos valores das tarifas de energia elétrica no Brasil, a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na autorização dos reajustes e reposicionamentos tarifários a título de reequilíbrio econômico-financeiro e esclarecer os motivos pelos quais a tarifa média de energia elétrica no Brasil ser maior do que em nações do chamado G7, grupo dos 7 países mais desenvolvidos do mundo. – CPITAELE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2009
(Do Senhor Alexandre Santos)

Solicita informações ao IRB – Brasil Re S.A. – Instituto de Resseguros do Brasil, sobre sinistros pagos por seguradoras, em obras executadas em território nacional pelas empresas Schahin Engenharia S.A. e EIT – Empresa Industrial Técnica S.A., responsáveis pela execução do projeto da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a fim de se instruir a CPI em causa, seja encaminhado pedido de informações ao IRB – Brasil Re S.A. – Instituto de Resseguros do Brasil, para que este esclareça acerca de todos os sinistros pagos por seguradoras em obras executadas em território nacional pelas empresas Schahin Engenharia S.A. e EIT – Empresa Industrial Técnica S.A., empresas responsáveis pela execução do projeto da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia. Citar inclusive as companhias seguradoras e valores assegurados.

JUSTIFICAÇÃO

Como é de conhecimento nacional, em 09 de janeiro de 2008, durante a construção da PCH Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorreu o rompimento da barragem, um mês antes da sua entrada em operação, ocasionando danos ambientais e financeiros ao Estado e consequentemente à população. Face o transcurso de 19 meses, a gravidade do ocorrido e o descaso público com as consequências do fato, solicitamos estas solicitações, pois no momento em que o Governo tenta combater procedimentos pouco recomendáveis dentro de sua administração, com acontecimentos de toda ordem e das mais variadas procedências, não é justo que esta Casa, que tem função fiscalizadora, deixe passar em branco a questão supracitada. Já não bastam tantas outras problemáticas que ficam sem elucidação nem tão pouco punição dos responsáveis. É preciso agir, com a urgência que o caso está a exigir, pois não se concebe que, ao apagar das luzes, se deixe passar desapercebido problema de tamanha proporção. Daí as razões do presente Requerimento de Informação que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das comissões, 26 de agosto de 2009.

ALEXANDRE SANTOS
Deputado Federal